

CAPÍTULO 12

IDEOLOGIA E A IMPOSSIBILIDADE DA NEUTRALIDADE NA PRÁTICA DOCENTE



<https://doi.org/10.22533/at.ed.1321425220412>

Data de aceite: 13/05/2025

Paulo Kleber Dias Bezerra

Mestrando em Educação – Universidadde la Empresa UY. Professor titular de cargo em História e Sociologia na SEDUC-SP.
<https://orcid.org/0009-0002-8623-5718>.

RESUMO: Este artigo realiza uma análise crítica da impossibilidade de neutralidade na prática docente, a partir da compreensão materialista do currículo como construção social e ideológica. Fundamentado nos aportes teóricos de Michael Apple, Dermeval Saviani, Louis Althusser e Paulo Freire, desenvolve-se uma pesquisa de natureza qualitativa, de caráter bibliográfico, conforme orientações metodológicas de Gil e Marconi. A análise de dados pauta-se na Análise Crítica do Discurso, ao adotar como perspectiva a relação entre práticas discursivas e reprodução de relações de poder no espaço escolar. O estudo evidencia que a escola, opondo-se à retórica da neutralidade, atua como aparelho ideológico de Estado, sendo o currículo um instrumento de conformação social. O aporte teórico deste artigo, por sua vez, enfatiza a educação como prática político-emancipadora, ao reafirmar a necessidade de reconhecer o caráter intencional e

transformador da prática docente. A pesquisa demonstra que a militância por uma escola neutra representa, na realidade, um projeto de manutenção das hegemonias sociais e oculta as determinações de classe que estruturam o trabalho pedagógico. Conclui-se que a prática educativa, para ser efetivamente crítica e democrática, deve assumir conscientemente sua dimensão política e ideológica para a propagação de um viés igualitário e republicano. O artigo está vinculado à Linha de Pesquisa Educação, Sociedade e Cultura da Universidad de la Empresa – UDE UY

PALAVRAS-CHAVE: Currículo. Ideologia. Neutralidade Escolar. Materialismo Histórico. Educação Crítica.

IDEOLOGY AND THE IMPOSSIBILITY OF NEUTRALITY IN TEACHING PRACTICE

ABSTRACT: This article presents a critical analysis of the impossibility of neutrality in teaching practice, based on a materialist understanding of the curriculum as a social and ideological construct. Grounded in the theoretical contributions of Michael Apple, Dermeval Saviani, Louis Althusser, and Paulo Freire, the study adopts a qualitative, bibliographic research approach, following the methodological guidelines of Gil and Marconi. Data analysis is based on Critical Discourse Analysis, considering the relationship between discursive practices and the reproduction of power relations in the school environment. The study highlights that the school, in opposition to the rhetoric of neutrality, functions as an ideological state apparatus, with the curriculum serving as a tool for social conformity. The theoretical framework emphasizes education as a political and emancipatory practice, reaffirming the need to recognize the intentional and transformative nature of teaching. The research shows that advocacy for a neutral school is, in fact, a project aimed at maintaining social hegemonies and concealing the class-based determinations that structure pedagogical work. It concludes that for educational practice to be truly critical and democratic, it must consciously embrace its political and ideological dimensions in order to promote an egalitarian and republican perspective. The article is linked to the Research Line Education, Society, and Culture of Universidad de la Empresa - UDE UY.

KEYWORDS: Curriculum. Ideology. School Neutrality. Historical Materialism. Critical Education.

IDEOLOGÍA Y LA IMPOSIBILIDAD DE LA NEUTRALIDAD EN LA PRÁCTICA DOCENTE

RESUMEN: Este artículo presenta un análisis crítico de la imposibilidad de la neutralidad en la práctica docente, basado en una comprensión materialista del currículo como construcción social e ideológica. A partir de los aportes teóricos de Michael Apple, Dermeval Saviani, Louis Althusser y Paulo Freire, se desarrolla una investigación de enfoque cualitativo y carácter bibliográfico, siguiendo las orientaciones metodológicas de Gil y Marconi. El análisis de los datos se fundamenta en el Análisis Crítico del Discurso, considerando la relación entre las prácticas discursivas y la reproducción de relaciones de poder en el ámbito escolar. El estudio demuestra que la escuela, en contraposición a la retórica de la neutralidad, funciona como un aparato ideológico del Estado, siendo el currículo un instrumento de conformación social. El marco teórico enfatiza la educación como una práctica política y emancipadora, reafirmando la necesidad de reconocer el carácter intencional y transformador de la docencia. La investigación sostiene que la defensa de una escuela neutral representa, en realidad, un proyecto de mantenimiento de las hegemonías sociales y oculta las determinaciones de clase que estructuran el trabajo pedagógico. Se concluye que, para que la práctica educativa sea verdaderamente crítica y democrática, debe asumir conscientemente su dimensión política e ideológica con el fin de promover una perspectiva igualitaria y republicana. El artículo está vinculado a la Línea de Investigación Educación, Sociedad y Cultura de la Universidad de la Empresa (UDE), Uruguay.

PALABRAS CLAVE: Currículo. Ideología. Neutralidad Escolar. Materialismo Histórico. Educación Crítica.

INTRODUÇÃO

A concepção de neutralidade na prática educativa tem sido historicamente mobilizada como argumento central em projetos conservadores de regulação do currículo e da atuação docente. Em especial nas últimas décadas, com o avanço de movimentos neoconservadores e neoliberais no campo da educação, a defesa de uma escola neutra tornou-se bandeira recorrente em iniciativas que, sob o pretexto de garantir a imparcialidade do ensino, buscam, na realidade, despolitizar o trabalho pedagógico e legitimar as estruturas de dominação social. Tal discurso, ao sugerir que a prática docente pode se desvincular das determinações históricas, econômicas e ideológicas, esconde o caráter intencional da educação, pois nega sua condição de prática social transformadora.

Autores como Michael Apple (2006), Louis Althusser (1985), Dermeval Saviani (2019) e Paulo Freire (2021) oferecem subsídios teóricos fundamentais para desvelar a falácia da neutralidade na educação escolar. Para Apple (2006), o currículo não é uma seleção neutra de conteúdos, mas um produto de lutas sociais e políticas que refletem interesses específicos de grupos dominantes. Ao organizar e legitimar determinados saberes em detrimento de outros, o currículo atua como instrumento de manutenção das hegemonias sociais. Sob essa perspectiva, a escola torna-se um espaço no qual se reproduzem as relações de poder, mesmo essas dinâmicas são veladas sob discursos de imparcialidade e universalidade.

Louis Althusser (1985), ao conceber a escola como aparelho ideológico de Estado, aprofunda essa análise ao indicar que o processo educativo é fundamental para a reprodução das condições de produção capitalistas. Segundo o autor, é através da educação que se inculcam nos indivíduos as ideologias dominantes, assegura a continuidade das relações de exploração. Essa reprodução se dá não pela coerção direta, mas pela naturalização de valores, normas e crenças que moldam as consciências sociais. Nesse sentido, o discurso da neutralidade pedagógica configura-se como parte integrante do processo de produção de consentimento, a dimensão política e ideológica da atividade docente.

Dermeval Saviani (2019), na perspectiva da pedagogia histórico-crítica, também rejeita a ideia de neutralidade na educação, afirma que toda prática pedagógica é orientada por um projeto societário. Para Saviani, a educação deve ser compreendida como prática social intencional, historicamente determinada, voltada para a apropriação crítica do conhecimento e para a transformação das condições materiais de existência. Paulo Freire (2021), por sua vez, destaca que ensinar é um ato político, e que a neutralidade, ao ser invocada, muitas vezes serve para perpetuar as injustiças e silenciar as vozes subalternizadas e marginalizadas.

Neste contexto, o presente artigo propõe-se a analisar de modo crítico a impossibilidade da neutralidade na prática docente, o qual toma como base o referencial materialista histórico-dialético e emprega a Análise Crítica do Discurso (ACD) como

ferramenta metodológica de investigação.. A pesquisa, de natureza qualitativa e de caráter bibliográfico, fundamenta-se nas orientações de Gil (2019), prioriza a análise de textos e documentos que problematizam as relações entre currículo, ideologia e poder. A Análise Crítica do Discurso. conforme delineada por autores como Van Dijk (2017). permite compreender como a linguagem utilizada para defender a neutralidade opera na legitimação de estruturas sociais exclucentes e na reprodução das desigualdades educacionais..

A relevância desta pesquisa reside na necessidade de compreender que a escola e o currículo não são espaços neutros, mas sim campos de luta simbólica e material, nos quais diferentes projetos de sociedade se confrontam. Analisar a retórica da neutralidade não apenas desvela as relações de dominação ocultas no discurso educacional hegemônico, como também abre caminhos para a construção de práticas pedagógicas críticas e emancipadoras. Em tempos de crescente ofensiva conservadora contra a liberdade de ensinar e aprender. reconhecer a educação como ato político torna-se um imperativo ético e epistemológico para todos aqueles comprometidos com a construção de uma sociedade mais justa e democrática..

Assim, este estudo pretende contribuir para o fortalecimento de perspectivas educativas comprometidas com a transformação social, supera visões ingênuas ou deliberadamente falseadoras que atribuem à educação um papel meramente técnico ou adaptativo. A prática docente, entendida como prática social crítica, exige a consciência de seu papel histórico e a recusa da falsa neutralidade que naturaliza e legitima as desigualdades. A escola pública, neste horizonte, deve ser reafirmada como espaço de resistência e formação omnilateral, comprometido com a luta pela emancipação humana.

A IMPOSSIBILIDADE DA NEUTRALIDADE NA EDUCAÇÃO ESCOLAR

A questão da neutralidade na prática docente ocupa um lugar central nas discussões sobre o currículo e a função social da escola em uma sociedade capitalista. A ideia de uma educação neutra, que se caracteriza pela ausência de posicionamentos políticos, repousa sobre uma visão ingênua e descontextualizada do ato educativo. Essa concepção ignora as mediações históricas, econômicas e ideológicas que estão presentes tanto nos conteúdos escolares quanto nas práticas pedagógicas. Longe de ser um espaço neutro. a escola configura-se. conforme aponta Althusser (1985). como um aparelho ideológico do Estado. no qual se travam disputas pela produção de subjetividades e pela reprodução ou contestação das relações sociais existentes..

Michael Apple (2006). em sua análise crítica do currículo. argumenta que este não deve ser visto como um simples arranjo técnico de conteúdos universais. mas como uma construção social que reflete e reforça os interesses de grupos específicos. especialmente da classe dominante.. A seleção e organização dos conteúdos escolares envolvem escolhas que traduzem valores culturais, econômicos e políticos, que o conhecimento escolar é

atravessado por relações de poder. O currículo, neste sentido, não é apenas um veículo de transmissão de saberes, mas também um dispositivo que, ao ensinar conteúdos, reproduz normas, comportamentos e ideologias que asseguram a manutenção das estruturas sociais e de poder vigentes..

A crítica de Apple ao currículo está intrinsecamente ligada à compreensão althusseriana sobre a função dos aparelhos ideológicos do Estado. Para Althusser (1985), a escola é o principal meio pelo qual a ideologia dominante se perpetua de maneira hegemônica, ao moldar os indivíduos para que internalizem os valores e comportamentos necessários à reprodução do sistema capitalista.. A educação, dentro desse processo, naturaliza as desigualdades sociais, econômicas e culturais, -as como condições inevitáveis da vida social. A chamada neutralidade pedagógica, serve como uma forma de encobrir a operação ideológica subjacente ao trabalho educativo, para a manutenção do status quo.

Dermeval Saviani (2019), com sua proposta de pedagogia histórico-crítica, reforça essa crítica ao afirmar que a educação é uma prática social intencional, orientada para a formação de sujeitos sociais dentro de um contexto histórico específico. Saviani propõe a superação da visão instrumentalista da educação, que a prática pedagógica deve ser orientada por uma leitura crítica das condições sociais, com o objetivo de transformar a realidade e promover a emancipação humana. A busca pela neutralidade, ao esconder as determinações históricas do ato educativo, impede que a educação cumpra seu papel de intervenção crítica sobre o mundo social.

Paulo Freire (2021) também compartilha dessa perspectiva, que a educação é, por natureza, um ato político. Segundo Freire, não existe prática educativa neutra: ela ou reforça as estruturas de opressão ou contribui para sua superação. A defesa de uma educação neutra, frequentemente promovida por projetos conservadores, visa ocultar a dimensão política do ensino, a desigualdade e a injustiça social. Para Freire, a prática pedagógica deve ser compreendida como um ato de liberdade, comprometido com a conscientização crítica dos oprimidos e com a construção de uma nova ordem social.

Essas reflexões deixam claro que o discurso da neutralidade na educação não é apenas ingênuo, mas sim profundamente ideológico. Como bem aponta Sacristán (2013), a neutralidade é, por si só, uma forma de tomada de posição, pois optar por não problematizar as condições sociais é, na prática, consentir com sua manutenção. A escola, se transforma em um espaço de reprodução da ordem dominante, na verdade, deveria ser um local de problematização crítica das relações sociais.

A ofensiva contemporânea pela imposição de uma educação neutra, concretizada em movimentos como o Escola Sem Partido, reflete uma tentativa de silenciar a dimensão política do ato educativo. o currículo à mera transmissão de conteúdos considerados isentos de ideologia.. Conforme apontam Lima, Golbspan e Santos (2022), tais movimentos buscam censurar abordagens críticas no âmbito escolar, especialmente aquelas que discutem desigualdades sociais, diversidade cultural, direitos humanos e as lutas sociais ao longo da história. Ao reivindicar uma suposta neutralidade, esses movimentos procuram interditar a reflexão crítica, uma educação conformista e conservadora.

Vale destacar que essa ofensiva não se limita ao Brasil. Martins (2023) demonstra como o discurso da neutralidade tem sido replicado em outros contextos latino-americanos, sua articulação com projetos neoconservadores de alcance transnacional. Tais projetos buscam controlar o currículo e a prática docente. a ideia de que a escola deve formar indivíduos adaptáveis à lógica do mercado e submissos à ordem estabelecida. em detrimento da formação de sujeitos críticos e emancipados..

A crítica materialista à ideia de neutralidade também se sustenta na compreensão da função social do trabalho educativo. Frigotto (2001) alerta que, sob o domínio da lógica capitalista, a escola tende a formar trabalhadores dóceis, aptos a atender às demandas do mercado, mas carentes de uma formação omnilateral. Nesse contexto, o discurso da neutralidade atua como uma legitimação da formação parcial e fragmentada dos sujeitos, o desenvolvimento de uma consciência crítica sobre as relações de exploração e dominação que estruturam a sociedade capitalista.

A Análise Crítica do Discurso, conforme delineada por Van Dijk (2017), permite identificar os mecanismos linguísticos pelos quais os discursos de neutralidade constroem consensos artificiais em torno da suposta imparcialidade da escola e do currículo. Essa perspectiva revela que a linguagem utilizada para defender a imparcialidade não é neutra; ao contrário. ela opera na construção de representações que legitimam a ordem social vigente. ao silenciar as contradições e naturalizar as desigualdades..

O trabalho docente, como destaca Libâneo (1985), é essencialmente político, pois o professor atua como mediador entre o conhecimento sistematizado e a realidade social dos estudantes. Negar a dimensão política da prática docente é limitar sua capacidade de intervir de forma crítica na formação dos sujeitos, a educação formal a uma mera reprodução de conteúdos. O professor, deve assumir a responsabilidade ética e política de reconhecer o caráter ideológico da prática educativa e orientar sua atuação para a formação de sujeitos autônomos e críticos.

Marx e Engels (2007), ao analisarem a produção ideológica nas sociedades de classes, destacaram que as ideias dominantes em uma época são as ideias da classe dominante. Ao aplicar essa compreensão ao campo educativo, podemos afirmar que a neutralidade pedagógica é uma construção ideológica que atende aos interesses daqueles que controlam os meios de produção material e simbólica. A educação crítica, por sua vez, exige a desnaturalização dessas ideias e ilumina as determinações históricas que as constituem.

Em síntese, a defesa da neutralidade na prática docente configura-se como uma estratégia discursiva voltada para a conservação da ordem social. Ela visa despoliticizar a educação e legitimar as desigualdades existentes. A escola pública, se pretende ser um espaço de emancipação, deve reconhecer sua inserção nas lutas sociais e assumir conscientemente sua função política. A prática educativa crítica exige não apenas o domínio dos conteúdos escolares. mas também a consciência de que ensinar é um ato

de intervenção sobre a realidade. orientado pela busca da superação das relações de exploração e opressão.. A educação transformadora não pode prescindir da consciência de sua dimensão ideológica. A escola deve ser entendida como um espaço de disputa simbólica, onde se confrontam projetos de sociedade antagônicos. Recusar a falsa neutralidade e assumir o caráter político da prática docente é, condição essencial para que a educação cumpra sua função histórica de construção de uma sociedade mais justa, igualitária e democrática.

A DOCÊNCIA E A DIDÁTICA EM TEMPOS DE CONSERVADORISMO: CRÍTICA À RETÓRICA DA NEUTRALIDADE

A prática docente e a didática têm se tornado alvos de intensas disputas ideológicas na atualidade, especialmente com o avanço de projetos neoconservadores e neoliberais na educação. Sob a alegação de promover uma educação neutra, há um processo crescente de despolitização do ato educativo, que, longe de ser imparcial, se revela uma estratégia consciente para a manutenção das estruturas de dominação existentes. Esse movimento não apenas enfraquece o potencial formativo e emancipador da educação. mas também a reduz a uma mera aplicação técnica de conteúdos. desprovida de uma abordagem crítica que poderia questionar as relações sociais e de poder..

A lógica neoliberal, como pontuado por Frigotto (1998, 2001), transforma a escola em um espaço funcionalizado para atender às demandas do mercado. Nesse modelo, o conhecimento é fragmentado e reduzido a uma ferramenta para garantir produtividade, enquanto a prática docente é estigmatizada como um processo técnico, limitado à transmissão de conteúdos estabelecidos e desprovidos de mediação crítica. A educação, em vez de ser um meio para o desenvolvimento humano integral, passa a ser vista como um mero processo de adestramento para as necessidades imediatas do capital.

Por outro lado, Moreira (2012) analisa como a identidade docente tem sido alvo de ataques sistemáticos. A retórica da neutralidade transforma o educador em um executor de políticas educacionais tecnicistas, distantes da função crítica que deveria ocupar. O papel do professor, anteriormente reconhecido como fundamental na formação de sujeitos críticos, é minimizado, e a sua capacidade de problematizar a realidade social é silenciada. Neste contexto, o docente se vê preso a um modelo que não só despolitiza sua prática, mas também contribuiativamente para a reprodução de um sistema desigual e excluente.

Em consonância com essas reflexões, Mutz e Katz (2019) destacam o crescente ataque à identidade docente crítica, especialmente àquela inspirada em Paulo Freire. A criminalização da pedagogia crítica e a tentativa de deslegitimar o legado de Freire são exemplos claros da estratégia conservadora de neutralizar a função política da educação pública. Ao atacar a pedagogia freireana. que busca promover a conscientização crítica e a transformação social. esses movimentos pretendem reduzir a escola a um espaço onde a reflexão e a ação política são vistas como ameaças à ordem estabelecida..

A crítica materialista à educação, conforme articulado por Saviani (2019), reflete a compreensão de que toda prática pedagógica é socialmente determinada e intencional. Não existe ato educativo neutro: a educação, enquanto prática social, sempre participa da disputa entre diferentes projetos de sociedade. , a defesa da neutralidade é, por si só, uma forma de alinhamento com a manutenção do status quo. A escola, como espaço de formação, não pode ser reduzida a um território onde a ideologia dominante se perpetua sem questionamento.

Em um contexto mais amplo, Althusser (1985) concebe a escola como um aparelho ideológico de Estado, cuja principal função é a reprodução das ideologias dominantes, disfarçada sob o manto da neutralidade. Essa neutralidade, longe de garantir imparcialidade, serve para fortalecer as desigualdades e impedir a transformação social. Apple (2006) aprofunda essa análise ao mostrar que o currículo não é apenas uma sequência técnica de conteúdos. mas um campo de disputa simbólica. onde determinados saberes são legitimados enquanto outros são marginalizados. conforme os interesses das classes dominantes..

A instrumentalização da educação, apontada por Frigotto (1998), é parte de um processo mais amplo de mercantilização da escola pública. Nesse modelo, a formação humana integral cede lugar a uma educação focada em competências fragmentadas e adaptáveis ao mercado de trabalho. O professor, antes considerado um mediador crítico entre o conhecimento e a realidade social dos alunos, passa a ser visto como um mero executor de políticas que respondem às demandas do capital. As práticas pedagógicas são avaliadas com base em parâmetros externos, muitas vezes descolados das condições reais do ambiente escolar, que não podem ser capturadas por métricas de produtividade.

Esse processo de precarização da docência e da educação é encoberto pela retórica da neutralidade. Van Dijk (2017) propõe uma análise crítica dos discursos, como a linguagem utilizada para defender a neutralidade na educação não é isenta de ideologia. Ao construir uma imagem do professor como um técnico apático, que deve se limitar a transmitir conteúdos de forma impessoal, essa retórica despolitiza o ato educativo e impede que ele cumpra seu papel transformador. A educação, assim, se torna uma prática que reafirma as desigualdades sociais e limita o potencial de mudança.

Diante desse cenário, é essencial que a prática docente seja reafirmada como uma prática política, comprometida com a formação de sujeitos críticos e capazes de intervir no mundo. Paulo Freire (2021) deixa claro que educar nunca é um ato neutro: sempre envolve uma intervenção na realidade social, seja para reforçar as estruturas de opressão, seja para questioná-las e transformá-las. A neutralidade, ao ignorar essa dimensão política, torna-se cúmplice da perpetuação da injustiça social. Para Freire, a educação deve ser uma prática de libertação, voltada para a conscientização e a ação transformadora.

Resgatar a dimensão política da didática significa compreender que ensinar envolve escolhas éticas e políticas. Saviani (2019) argumenta que a prática pedagógica crítica deve ser orientada pela leitura dialética da realidade social, que visa a superação das contradições históricas e sociais. A didática crítica não pode ser reduzida a um conjunto de métodos e técnicas, mas deve articular conteúdos, métodos e finalidades educativas com os projetos históricos de emancipação social. Essa concepção exige que os professores situem os conteúdos escolares no contexto das lutas sociais, a conscientização dos alunos sobre as condições sociais e as possibilidades de transformação.

A atual conjuntura exige que os educadores resistam aos processos de precarização, mercantilização e despolitização da educação. Frente às crescentes desigualdades e à ofensiva conservadora, é imperativo que a prática docente crítica seja reafirmada como um compromisso ético. A educação, para ser verdadeiramente emancipadora, deve rejeitar a falsa neutralidade e assumir o desafio de formar sujeitos históricos, críticos e transformadores. Como Marx e Engels (2007) ressaltam, as ideias dominantes de uma época refletem os interesses da classe dominante. Reconhecer essa determinação histórica é um passo fundamental para a construção de uma pedagogia que vá além da mera reprodução ideológica e promova a transformação da sociedade.

Em suma, a defesa de uma docência crítica e de uma didática emancipadora não é apenas uma questão pedagógica, mas uma questão política. Nesse sentido, a prática docente torna-se a expressão concreta do compromisso com a liberdade, a justiça social e a emancipação humana. Como sintetiza Freire (2021), ensinar é um ato de amor, coragem e esperança: amor que se compromete, coragem que resiste e esperança que transforma.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

A análise crítica desenvolvida neste trabalho permitiu evidenciar a inviabilidade da neutralidade na prática docente e na constituição do currículo escolar, especialmente em contextos marcados pela intensificação dos projetos neoliberais e neoconservadores. A ideia de neutralidade, frequentemente mobilizada como princípio técnico ou ético, revelou-se como uma estratégia ideológica eficaz para despolitizar o ato educativo e manter inalteradas as relações de dominação que estruturam a sociedade capitalista (Apple. 2006; Althusser. 1985)..

Ao longo da investigação, ficou evidente que a escola, o currículo e a prática docente são arenas de disputa simbólica e material. A seleção de conteúdos escolares, a organização dos processos pedagógicos e a atuação do professor são atravessadas por interesses políticos e projetos de sociedade conflitantes (Saviani, 2019). A pretensão de neutralidade pedagógica, nesse contexto, opera como disfarce ideológico, oculta o caráter político da educação e oficializa a reprodução das desigualdades sociais. O estudo demonstrou que a ofensiva contemporânea contra a prática docente crítica. exemplificada

por movimentos como o Escola Sem Partido. visa desarticular a capacidade transformadora da educação pública. busca reduzi-la a um instrumento de conformação social (Mutz; Katz. 2019).. A retórica da neutralidade, nesse processo, atua para desmobilizar o potencial crítico do trabalho pedagógico, ao favorecer a adaptação dos educandos às exigências do mercado e aos valores conservadores.

Frigotto (1998; 2001) ressalta que a subordinação da educação pública à lógica mercantil impõe uma concepção fragmentada e utilitarista do conhecimento, em detrimento de uma formação crítica e omnilateral. A docência, nesse quadro, é esvaziada de sua dimensão política e transformadora, reconfigurada como prática técnica e gerencial. Essa tendência, longe de constituir um fenômeno espontâneo, resulta de projetos deliberados de reconfiguração da educação conforme as exigências do capital.

A crítica materialista apresentada neste trabalho reafirma que toda prática educativa é historicamente determinada e orientada por interesses de classe. A escola, enquanto aparelho ideológico de Estado, desempenha papel central na reprodução das ideologias dominantes, mesmo se proclama neutra (Althusser, 1985). Dessa forma, a negação da dimensão política da prática docente não elimina sua função ideológica; ao contrário, intensifica sua função reprodutora da hegemonia.

A compreensão crítica do currículo, conforme Apple (2006), revela que o conhecimento escolar não é um conjunto neutro de saberes universais, mas uma construção social impregnada de valores, disputas e exclusões. O discurso da neutralidade, ao ocultar essa historicidade, impede a problematização crítica dos saberes escolares e reforça as desigualdades estruturais que atravessam a sociedade.

No âmbito da prática docente, a concepção de educação como ato político, defendida por Freire (2021), reafirma a necessidade de reconhecer que ensinar implica intervir na realidade e assumir posicionamentos éticos e políticos. A neutralidade, neste sentido, representa uma abdicação da responsabilidade crítica do educador, para a reprodução de uma ordem social injusta.

A utilização da Análise Crítica do Discurso como abordagem metodológica permitiu compreender como a linguagem atua na legitimação das relações de poder e na construção de representações sociais que naturalizam a desigualdade (Van Dijk, 2017). Os discursos que defendem a neutralidade pedagógica constroem imagens do professor como técnico neutro, ao ocultar a sua função política e histórica.

Assim, reafirmar a prática docente crítica implica reconhecer a escola como espaço de luta e transformação social. A didática crítica, ao articular a apropriação do conhecimento à compreensão das contradições sociais, possibilita a formação de sujeitos históricos conscientes de sua capacidade de intervir na realidade (Saviani, 2019). A educação emancipadora, nesse horizonte, exige a rejeição da falsa neutralidade e a afirmação explícita do compromisso com a justiça social e a igualdade.

Resistir às tentativas de mercantilização e despolitização da educação pública é tarefa urgente para todos aqueles comprometidos com a construção de uma sociedade democrática e igualitária. Como argumenta Frigotto (2001), a defesa da educação crítica é inseparável da luta por políticas públicas que garantam condições dignas de trabalho docente, autonomia pedagógica e acesso universal e gratuito à educação de qualidade. O educador crítico, como propõe Freire (2021), deve assumir a educação como prática de liberdade, orientada pela esperança crítica e pela luta contra todas as formas de opressão. Ensinar é um ato de compromisso com a emancipação dos oprimidos, com a dignidade humana e com a construção coletiva de um mundo mais justo.

Conforme Marx e Engels (2007), as ideias dominantes em cada época são expressão dos interesses da classe dominante. Reconhecer essa determinação histórica no campo educacional é condição para a construção de práticas pedagógicas que rompam com a reprodução das relações de dominação. A prática docente crítica, ao desnaturalizar a realidade social e ao promover a formação da consciência histórica, torna-se instrumento essencial para a transformação social.

Dessa forma, a luta pela superação da neutralidade pedagógica e pela afirmação de uma docência crítica é também a luta pela construção de uma educação pública democrática, emancipadora e transformadora. Em tempos de ascensão de projetos conservadores e de aprofundamento das desigualdades, reafirmar a dimensão política da prática educativa é reafirmar a própria possibilidade de transformação da realidade social em direção à emancipação humana.

REFERÊNCIAS

ALTHUSSER, L. Aparelhos ideológicos de Estado: nota sobre os aparelhos ideológicos de Estado. Posições. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1985.

APPLE, M. Educação e poder. Porto Alegre: Artmed, 2006.

FRIGOTTO, G. A produtividade da escola improdutiva: crítica ao dualismo educacional na era da produtividade. São Paulo: Cortez, 1998.

FRIGOTTO, G. A nova hegemonia educacional: o neoliberalismo e a educação pública. In: FRIGOTTO, G. (org.). A produtividade da escola improdutiva. 3. Ed. São Paulo: Cortez, 2001. P. 133-170.

FREIRE, P. Pedagogia do oprimido. 65. Ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2021.

LIBÂNEO, J. C. Democracia e educação: a práxis do conhecimento escolar. São Paulo: Cortez, 1985.

MARX, K.; ENGELS, F. A ideologia alemã. Tradução de Rubens Enderle. São Paulo: Boitempo, 2007.

MOREIRA, A. O professor não é educador. 4. Ed. Cascavel: Profeduc, 2012.

MUTZ, A. S. C.; KATZ, E. P. O professor (não) é educador? Embates pela identidade docente no cinquentenário de Pedagogia do oprimido. E-Curriculum, São Paulo, v. 17, n. 1, p. 184-203, 2019. Disponível em: . Acesso em: 28 abr. 2025.

SAVIANI, D. Pedagogia histórico-crítica: primeiras aproximações. 13. Ed. Campinas: Autores Associados, 2019.

VAN DIJK, T. A. Discurso e poder. 2. Ed. São Paulo: Contexto, 2017